

LUZES E SOMBRAS: BASES DO PENSAMENTO BURGUEÊS SOBRE A EDUCAÇÃO FEMININA NOS DISCURSOS PEDAGÓGICOS DE ROUSSEAU

Elizabeth Sousa Abrantes¹

RESUMO

O século XVIII, considerado o século das Luzes pela profunda crença na Razão, elegeu a educação como o instrumento para a emancipação humana, no entanto, no que se refere à educação feminina esse ideal racionalista não foi suficiente para propiciar grandes transformações nas práticas educacionais, sendo a imagem de “sombras” a que mais se aproximava da situação das mulheres nesse século. Este estudo apresenta as bases do pensamento burguês sobre a educação feminina nos discursos pedagógicos do século XVIII, presentes especialmente na literatura ficcional, cuja meta era a formação da mãe-educadora, para tornar a vida do homem “agradável e doce” e formar os bons cidadãos. Destacamos o pensamento pedagógico de Rousseau em suas obras *Emílio ou da Educação* e *Júlia ou a Nova Heloísa*.

Palavras-chave: educação feminina, Iluminismo, Rousseau.

ABSTRACT

The eighteenth century, considered the Age of Enlightenment by the profound belief in Reason, chose education as the instrument for human emancipation, however, with respect to the female education this rationalist ideal was not enough to propitiate great transformations in educational practices, being the image of “shadows” that more approached the situation of women in this century. This study presents the bases of bourgeois thought about female education in the pedagogical discourses of the eighteenth century, present especially in fictional literature, whose aim was the formation of mother-educator, to make the life of man “nice and sweet” and train good citizens. We emphasize the pedagogical thought of Rousseau in his works *Emile, or on Education* and *Julie, or the New Heloise*.

Keywords: women’s education, enlightenment, Rousseau.

¹Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: bethabrantest@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O século XVIII foi considerado o século das Luzes pela profunda crença na Razão humana, pelo ideal de revalorização do homem como sujeito e responsável por seu próprio destino, com capacidade de pensar livremente, e tendo como novo ideal o progresso resultante do conhecimento humano posto a serviço do seu próprio bem estar. A educação teria um papel fundamental nessa emancipação humana, no domínio da Natureza e no progresso da Razão (FORTES, 1995). “A pedagogia era para os iluministas o único caminho racionalmente possível no sentido da igualdade. Só ela poderia propiciar a eliminação, no futuro, do abismo que separava os ‘espíritos bem-pensantes’, moralmente ‘bem-formados’ e socialmente ‘bem-educados’, da plebe ignorante, supersticiosa, inclinada aos maus costumes” (FALCON. Apud. ALGRANTI, 1993, p. 239).

Este trabalho discute as bases do pensamento burguês sobre a educação feminina que norteou os discursos e as práticas educacionais na modernidade. Os princípios básicos da educação feminina consagrados no século das Luzes, com destaque para o pensamento pedagógico de Jean-Jacques Rousseau, se pautavam no controle moral, com conhecimentos básicos que possibilitassem às mulheres o exercício das suas funções consideradas naturais, de boas mães e esposas.

Os discursos sobre educação feminina presentes nos tratados pedagógicos e na literatura ficcional tinham como referência o homem, sendo o aprendizado das mulheres um meio para tornar a vida de seus maridos e filhos “agradável e doce”. Por essa razão, a preocupação na educação das mulheres era propiciar o meio-termo, nem excesso de instrução capaz de criar um ser indesejado, a mulher sabichona (*lefemmesavante*), nem a mulher ignorante, cuja única ciência conhecida era a de “arrumar bem um baú”².

²Expressão utilizada como crítica a limitação da educação feminina baseada essencialmente na educação doméstica, a exemplo do comentário que encontramos no Jornal *O Farol Maranhense*, de 05 de junho de 1829.

“LUZES FILTRADAS”: A EDUCAÇÃO FEMININA NOS TRATADOS PEDAGÓGICOS DE ROUSSEAU

O Grande Século das Luzes elegeu a educação como a grande responsável pelo destino das nações (ALGRANTI, 1993, p. 239). No aspecto pedagógico, as ideias filosóficas em voga defendiam uma educação capaz de dar emancipação e autonomia ao sujeito, com destaque ao sujeito educando, a partir de concepções liberais, laicas, com novas formas de organização da escola e novos métodos de aprendizagem. As “cabeças iluminadas” colocaram a questão educacional no centro da vida social, assim como foram estabelecidas as bases da escola contemporânea, “que deve reorganizar-se sobre bases estatais e segundo finalidades civis, devendo promover programas de estudo radicalmente novos, funcionais para a formação do homem moderno (mais livre, mais ativo, mais responsável na sociedade) e nutridos de “espírito burguês” (utilitário e científico)” (CAMBI. *apud* ZENI, 2010, p. 3).

Embora não constituindo o único movimento cultural da época, o iluminismo foi a filosofia hegemônica na Europa do século XVIII. Ele consistia em um articulado movimento filosófico, pedagógico e político, que conquistou progressivamente as camadas cultas e a ativa burguesia em ascensão nos vários países da Europa [...]. Inserindo-se em tradições diversas, o iluminismo configurou-se não tanto como um compacto sistema doutrinário, mas muito mais como um movimento em cuja base está a confiança na razão humana, cujo desenvolvimento representa o progresso da humanidade e a libertação em relação aos vínculos cegos e absurdos da tradição, da ignorância, da superstição, do mito e da opressão (REALE. *Apud*. ZENI, 2010, p. 5) [grifo do autor].

As Luzes acreditavam na pedagogia para a transformação da humanidade, sendo esta identificada com o homem. No entanto, no que se referiu à educação feminina, esse ideal racionalista não foi suficiente para propiciar grandes transformações nas práticas educacionais, sendo a imagem de “sombras” a que mais se adequava à situação das mulheres nesse século. O discurso iluminista levantou algumas contradições e polêmicas sobre a igualdade dos sexos, o direito das mulheres de participarem na vida política, de serem cidadãs.

O filósofo Condorcet (1743-1794)³, defensor da igualdade de direitos, igualdade dos sexos e igualdade na instrução, considerava que “um só indivíduo seja privado dos seus direitos e o princípio universal da igualdade dos homens está posto em causa”(CRAMPE-CASNABET. In. PERROT; DUBY, 1991, p. 398). As mulheres eram consideradas como a metade do gênero humano, não no sentido quantitativo necessariamente, mas como complemento em relação à metade masculina e, sendo assim, a exclusão das mulheres dos direitos de cidadania representava uma violação do direito natural à igualdade.

O argumento usado para excluir a mulher dos direitos de cidadania e de igualdade com os homens estava tanto na ideia da diferença natural entre os sexos quanto na diferença da razão entre homens e mulheres. Para a maioria dos filósofos iluministas ou a razão não era um atributo pertencente às mulheres ou estas possuíam uma razão inferior. A razão feminina era desqualificada como sendo não lógica, não teórica, sem parâmetros, frágil. A prova dessa assertiva era apresentada no argumento da inexistência de mulheres capazes de invenção (CRAMPE-CASNABET. *apud* PERROT; DUBY, 1991).

De maneira paradoxal, essa mesma corrente de ideias que se afirmou no século XVIII, e que no tocante à condição feminina reafirmava concepções tradicionais, baseadas na exclusão e submissão, ao apontar “seus focos de luz para distintas direções” também abria brechas para as reivindicações femininas por direitos e emancipação. “O Iluminismo abria perspectiva, possibilitando uma nova abordagem da arena pública (e, conseqüentemente, da questão da cidadania), ao afirmar ser cada indivíduo possuidor de direitos inalienáveis” (PINSKY; PEDRO. In. PINSKY; PINSKY, 2003, p. 266).

No século XVIII são lançadas centenas de obras sobre a educação, além de jornais ou seções de periódicos para tratarem desse tema, muitas destas discutindo a diferença na educação feminina e masculina. “Entre 1715 e 1759 foram publicadas 51 obras tratando da educação, número que passa a 161 para o período de 1760-1790” (SONNET. In. PERROT; DUBY, 1991, p. 149). No início da década de 1760 surgem os romances de Jean-Jacques Rousseau, *Emílio* e *Nova Heloisa*, considerados os principais tratados pedagógicos desse século filosófico.

³Filósofo francês, autor do *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano* (1794), escrito no contexto da Revolução Francesa.

Em suas obras pedagógicas, o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) defendia que a razão das mulheres era uma razão prática e não teórica, fazendo com que elas encontrassem habilmente os meios de alcançar um fim conhecido, sem conseguir descobrir por si só esse fim. Isso significava que a mulher não era destituída de toda a razão, mas que sendo a sua razão mais elementar do que a do homem, deveria ser utilizada para o cumprimento dos seus deveres naturais, a saber, cuidar do marido e dos filhos. Como consequência, a educação das mulheres também deveria ser uma educação prática. “A busca das verdades abstratas e especulativas, dos princípios, dos axiomas nas ciências, tudo o que tende a generalizar as ideias não é da alçada das mulheres, pois todos os seus estudos devem ligar-se à prática (...)” (ROUSSEAU, 2004, p.565).

Ainda segundo Rousseau (2004, p. 565), a mulher era incapaz de compreender as obras de gênio, sem justeza e atenção para serem bem sucedidas nas ciências exatas, pois enquanto “a mulher tem mais espírito, e o homem tem mais gênio, a mulher observa e o homem raciocina”. O mundo, afirmava o filósofo, era o livro das mulheres, devendo ser essa sua principal leitura.

Ao discurso da inferioridade sexual da mulher, por suas características físicas de menor porte, menos força muscular, períodos de menstruação, gravidez e amamentação que debilitariam ainda mais seu organismo já “naturalmente” frágil, somava-se o da inferioridade intelectual, com sua incapacidade de abstração e de formular conceitos. Dessa caracterização da mulher como um ser inferior decorria a atribuição de papéis ligados unicamente à esfera doméstica, como esposa e mãe, em que a educação deveria ser aquela necessária para o cumprimento desses papéis naturais. Sendo assim, as propostas educativas do Iluminismo acentuavam a desigualdade dos papéis entre os sexos, “denunciando simultaneamente os malefícios da educação tradicional (os conventos, etc.) sobre uma natureza feminina frágil e maleável”(CRAMPE-CASNABET. In. PERROT; DUBY, 1991, p. 395).

O discurso filosófico do Iluminismo, masculino e misógino, não tentou desfazer os preconceitos ligados ao sexo feminino, antes reforçou alguns estereótipos femininos, como aqueles relacionados à beleza, coquetismo, tagarelice e encanto sensual (sexual). “Da literatura ao saber médico, o século das Luzes ilumina precariamente as mulheres, para melhor enquadrá-las” (PRIORE, 1989, p. 93).

Numa engenhosa lógica discursiva, os ideólogos iluministas procuravam convencer as mulheres de sua igualdade com os homens através de seus atributos físicos e emocionais, sendo a beleza considerada seu principal encanto e uma compensação em virtude da sua fragilidade natural. Seria essa superioridade de talento que a fazia governar o homem, obedecendo-lhe. “A mulher tem tudo contra si, nossos defeitos, sua timidez, sua fraqueza; só tem a seu favor sua arte e sua beleza” (ROUSSEAU, 2004, p.538). Como a beleza era passageira, a arte da mulher consistia na habilidade de tirar partido da sua condição para obter vantagens junto aos homens.

A influência que a Igreja exercia na educação das mulheres a tornava alvo das críticas. Os conventos eram vistos como verdadeiras escolas de coquetismo, não daquele considerado honesto, que tornava as mulheres socialmente agradáveis, mas daquele que produzia defeitos, tornando-as extravagantes. Por essa razão, Rousseau reforçou o ideal de uma educação doméstica para as mulheres, sendo a casa o lugar por excelência onde as famílias ricas, com pais esclarecidos ou com o auxílio de um tutor, poderiam transformar esse espaço em verdadeiro laboratório pedagógico.

No final do século XVIII era possível perceber um crescimento quantitativo da educação feminina, porém, sem grandes avanços na qualidade do ensino. Da mesma forma, aumentavam as aspirações educativas, voltadas para produzir os quadros de funcionários e membros para os Estados e a Igreja, mantendo o princípio da diferença de inteligências e funções femininas e masculinas. Para os rapazes, filhos da elite, as carreiras civis, militares e eclesiásticas; para as meninas os saberes e as funções domésticos.

Qualquer que seja a escola que se frequente, ninguém se arrisca a sair de lá sábia. Tanto o convento como a escola elementar oferecem apenas uma experiência limitada do saber, quer pelo tempo que lhe é consagrado quer pelo escasso leque de conhecimentos proposto. Só a educação familiar bem orientada é suscetível de produzir mulheres de cultura comparável à que o colégio dispensa aos rapazes (SONNET. In. PERROT; DUBY, 1991, p. 169).

Para muitos pensadores da Ilustração, havia uma necessidade de melhorar a educação feminina a fim de possibilitar às esposas dos letrados uma melhor conversação. Esse argumento em torno de educar a mulher para facilitar

o entendimento do casal e para que a esposa não fosse uma vergonha nas ocasiões sociais será recorrente desde então. Mais cultura letrada para o cumprimento dos deveres sociais e dos papéis femininos.

A diferença entre os sexos era apresentada também na linguagem, sendo a tagarelice considerada uma característica puramente feminina, sendo necessário orientá-la para tornar-se agradável em vez de motivo de censura. Para Rousseau (2004, p. 545), o “homem diz o que sabe, a mulher diz o que agrada; para falar, um precisa de conhecimento, a outra de gosto; um deve ter por objeto principal as coisas úteis, a outra, as agradáveis”.

O pensamento do século das Luzes era de que o encanto físico da mulher provocava uma atração irresistível para os homens, bem como sua fragilidade a tornava mais suscetível aos excessos da sua natureza, com uma sexualidade desregrada e desejos ilimitados. Rousseau defendia que a natureza também dotou a mulher de um sentimento que servia para refrear esses excessos - a vergonha ou pudor, e com esse sentimento poderia controlar seus furores e se proteger dos assédios masculinos. Dizia que as máximas filosóficas que ridicularizavam o pudor das mulheres chamando de falsidade acabariam conseguindo tirar das mulheres “o pouco de honra que lhes restou”.

Pelo contrário, as mulheres que ainda têm vergonha, que não se orgulham, de seus erros e sabem esconder seus desejos até mesmo diante dos que os inspiram, as mulheres cujas confissões se extraem com maior dificuldade são, aliás, as mais verdadeiras, as mais sinceras, as mais firmes em todos os seus compromissos, e as que têm uma palavra em que mais podemos confiar (ROUSSEAU, 2004, p. 564).

O século das Luzes também modificou práticas religiosas e quebrou monopólios de instituições clericais, e “inaugurou precocemente a ‘boa gestão do sexo’, ao passar para as mãos de laicos o controle das relações sexuais, até então uma prerrogativa eclesiástica auferida através de confissões e sermões” (PRIORE, 1989, p. 93). Dessa crítica não escaparam os conventos enquanto instituições que funcionavam também como espaços de educação feminina, sendo acusados de não possuírem as condições de salubridade adequadas, e nem mesmo mestras capazes de preparar as jovens para serem futuras esposas e mães (daquelas que não seguiriam a clausura). Daí

a ênfase na educação familiar e na educação pública (SONNET. *apud* PERROT; DUBY, 1991, p. 149).

O pensamento de Rousseau expresso em suas obras sejam ficcionais, pedagógicas ou filosóficas deve ser analisado no seu contexto, marcado pelo debate em torno da ideia de civilização, cultura, natureza, progresso, razão. O discurso iluminista ao se propor universalista, dirigindo-se à humanidade, criava obstáculos para se efetivar fora do plano teórico, especialmente quando precisava definir quem tinha direito a esse princípio “universal”. A contradição interna fez desse “universal” o sujeito masculino das classes sociais privilegiadas, deixando fora, na prática, grande parte da humanidade. Rousseau foi um crítico da sociedade de sua época, do modelo educacional e dos métodos pedagógicos existentes.

A educação devia ser um agradável processo de desenvolvimento, de aprendizagem a partir da natureza e da experiência, da livre ampliação da própria capacidade para uma existência ampla e atraente. Devia ser a ‘arte de treinar homens’, o guia consciente do desenvolvimento do corpo para obter a saúde, do caráter para atingir a moralidade, do espírito em direção à inteligência, dos sentimentos de autocontrole, sociabilidade e felicidade (DURANT; DURANT, 1993, p. 183).

O filósofo Jean-Jacques Rousseau, autor das obras de educação mais importantes desse período, o tratado pedagógico *Emílio ou da Educação* (1762) e o romance epistolar *Júlia ou A Nova Heloisa* (1761), não chegou a ter uma educação formal ou clássica, mas conseguiu marcar profundamente o século XVIII e os séculos seguintes com sua crítica à civilização, inspirando o Romantismo, assim como sua pedagogia para a educação de meninos e meninas⁴. Seu destaque na contramão dos filósofos iluministas consistia na tese de que o homem era intrinsecamente bom e que apenas as instituições da civilização o fizeram mau. Não sendo contrário ao conhecimento, considerava que a falta de virtude é que o tornava uma armadilha, pois o verdadeiro progresso da humanidade era o progresso moral. “Que o único verdadeiro progresso é o progresso moral. Que o desenvolvimento da cultura corrompeu, em vez

⁴ O pensamento educacional de Rousseau, se comparado a sua experiência de vida como pai e professor, parece confirmar aquele adágio popular “façam o que digo e não o que eu faço”. Depois de várias desventuras amorosas, uniu-se a uma mulher de condição social inferior e quase analfabeta, com a qual teve cinco filhos, todos abandonados e entregues a instituições de caridade. A sua *mea culpa* em relação aos filhos será feita tanto no *Emílio* quanto em sua obra *Confissões*, escrita depois.

de purificar, a moral dos homens, e que a civilização não é a ascensão do homem a um nobre estado, mas o seu rebaixamento de simplicidade rústica que era um paraíso de inocência e beatitude” (DURANT; DURANT, 1993, p. 22).

A sua contribuição no debate sobre a educação iniciou com os ensaios feitos no romance *A Nova Heloisa* (1761), onde por meio da personagem principal, Júlia, antecipava os argumentos que seriam utilizados no romance *Emílio* (1762). Este tratado pedagógico escrito posteriormente, ou, como dizia seu autor no prefácio, “devaneios de um visionário sobre a educação”, seria um ensaio para demonstrar como seriam educados os filhos de Júlia. As obras pedagógicas de Rousseau se inscrevem na tradição de autores da Renascença e do século XVII, cuja misoginia era responsável pelos discursos normativos para o controle feminino e redução das mulheres unicamente aos papéis de filhas, esposas e mães, com uma existência em função do homem, para tornar-lhe a vida “agradável e doce”. Em vários de seus argumentos para a educação diferenciada dos sexos, seguia uma linha iniciada nos tratados sobre educação de autores como Montaigne, Fénelon, Locke, bem como inovava no método de ensino que prescrevia para Emílio, seu aluno fictício. Rousseau ofereceu o livro para a Mme. de Chenonceaux, “para agradar a uma boa mãe que sabe pensar” (DURANT; DURANT, 1993, p. 183).

O romance epistolar *A Nova Heloísa*, considerado por Robert Darnton como provavelmente o maior *best-seller* do século XVIII⁵, teve uma recepção favorável pelo público, sendo a personagem Júlia considerada um modelo de virtude. A nova versão de Heloísa⁶, também uma mulher jovem, bela e culta, que se apaixona por seu preceptor, fará a imolação do seu amor em nome dos valores morais e da honra, casando-se com um homem de seu meio social e dedicando-se inteiramente aos cuidados do lar, como um verdadeiro sacrifício sacerdotal. Esse romance inaugura a chamada sensibilidade romântica, traço marcante dos romances subsequentes.

⁵Segundo o autor a procura do livro ultrapassou o fornecimento e teve cerca de setenta edições até 1800. Cf. Darnton, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁶Referência a Heloisa, exemplo de mulher-filósofa do século XII, que em suas correspondências com o filósofo Abelardo narra sua vida e seu romance, assim como seu infortúnio. Cf. ABRANTES, Elizabeth Sousa. “O Legado de Heloisa: religião e educação feminina na Baixa Idade Média”. In. VIEIRA, Ana Livia B; ZIERER, Adriana. *História Antiga e Medieval: rupturas, transformações e permanências: sociedade e imaginário*. São Luís: Editora UEMA, 2009.

O romance *Júlia ou Nova Heloisa: cartas de dois amantes de uma cidadezinha ao pé dos Alpes* tem a forma narrativa epistolar, em que o discurso se dá por meio de cartas que a personagem troca principalmente com sua prima Clara, maior confidente, e seu amado Saint-Preux. O romance aborda o amor e a amizade, ou melhor, o amor e a virtude, considerados inseparáveis. Júlia e Saint-Preux se amam, mas o casamento que seria o desfecho desse amor não é possível devido o preconceito de classe, uma vez que o pai da jovem não consentiria entregar a mão de sua filha a um pequeno burguês sem fortuna. Sobre o romance, seu autor alertou no prefácio que desagradaria a todos, mas não seria indiferente a ninguém.

O estilo desagradará às pessoas de gosto, o assunto alarmará as pessoas severas, todos os sentimentos não serão naturais para aqueles que não acreditam na virtude. Deve desagradar aos devotos, aos libertinos, aos filósofos, deve chocar as mulheres fáceis e escandalizar as mulheres honestas (ROUSSEAU, 2006, p. 23).

O sucesso do romance foi imediato e desde então seduz os leitores. Sobre a educação de Júlia, o romance apresenta o ideal da educação feminina para desenvolver as virtudes e os conhecimentos práticos considerados próprios ao sexo feminino. Ao se referir aos seus sentimentos, a protagonista diz que fora educada dentro de máximas tão severas que o mais puro dos amores parecia-lhe o auge da desonra (ROUSSEAU, 2006, p. 60). Quanto ao programa da educação de Júlia, seu professor limitava os estudos a livros de bom gosto e bons costumes. “Eis por que, transformando todo o meu método em exemplos, não vos dou outra definição das virtudes a não ser pinturas de pessoas virtuosas, nem outras regras para bem escrever a não ser livros bem escritos (ROUSSEAU, 2006, p. 67). Descrevendo o que seria um dia rotineiro de Júlia, seu amado diz imaginá-la nas tarefas habituais, como os cuidados da casa, “ocupa-se sem aborrecimentos dos trabalhos do seu sexo, orna sua alma com conhecimentos úteis, acrescenta a seu gosto refinado os enfeites das belas artes e os da dança à sua leveza natural” (ROUSSEAU, 2006, p. 94).

Enfim, a personagem Júlia expressa o ideal burguês de educação das mulheres, para agradar os homens, ser útil, amada e honrada. “A mulher não tem acesso ao conhecimento para si mesma, mas para tornar a sua presença agradável aos que a

rodeiam. Decididamente, ela não é feita para o saber, mas para o prazer e o bem-estar do marido e dos filhos” (SONNET. In. PERROT; DUBY, 1991, p. 149).

A obra *Emílio*, um tratado sobre educação, foi idealizada como uma continuação ao romance anterior, para explicar como seriam educados os filhos de Júlia. O livro V, denominado “A idade da sabedoria e do casamento – de 20 a 25 anos”, corresponde ao momento em que o personagem central deve escolher sua futura esposa, sendo apresentada a jovem Sofia, a mulher ideal para ser a companheira de um jovem bem educado e preparado para vida. A educação feminina é apresentada como tendo o propósito de produzir mulheres educadas para o lar. “Serão educadas no lar, por suas mães, aprendendo todas as artes domésticas, da cozinha ao bordado. Receberão instrução religiosa, e quanto mais cedo melhor, pois esta as inclinará para a modéstia, virtude e obediência” (DURANT; DURANT, 1993, p. 191).

A superioridade de Emílio se mostra nos aspectos que seu criador escolheu para caracterizá-lo: era um francês rico, saudável, criado no campo. Ou seja, era da zona temperada do planeta, de boa origem social, criado longe da degeneração moral da civilização. Os conhecimentos foram obtidos conforme o método defendido por Rousseau, isto é, à proporção que sua idade e as necessidades práticas requeriam.

Conforme a idealização feita por Rousseau, Sofia deveria ser mulher como Emílio era homem, isto é, devendo ter tudo o que era necessário para a constituição de sua espécie e do seu sexo. Mas, como em tudo o que dependesse do sexo, mulher e homem teriam semelhanças e diferenças que influenciavam a moral, na união dos sexos cada um deveria concorrer igualmente para o objetivo comum, cada qual a sua maneira. Dessa visão se estabelecia o primeiro princípio básico resultante da diversidade entre os sexos. “Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco; é preciso necessariamente que um queira e possa; basta que o outro resista pouco” (ROUSSEAU, 2004, p. 516).

Considerava que a mulher fora feita para agradar e para ser subjugada, devia tornar-se agradável ao homem, usando seus encantos para contornar a força que este exercia sobre ela. “Daí nascem o ataque e a defesa, a audácia de um sexo e a timidez do outro, enfim, a modéstia e a vergonha com que a natureza armou o fraco para sujeitar o forte” (ROUSSEAU, 2004, p.517).

A consequência dessa constituição dos sexos era que o mais forte fosse aparentemente o senhor, embora dependesse de fato do mais fraco, por uma “lei da natureza” que dava às mulheres maior facilidade de excitar os desejos do que ao homem de satisfazê-los, fazendo com que o homem, mesmo contra sua vontade, dependesse do outro sexo, procurando agradar a mulher para que consentisse em deixá-lo ser o mais forte. “Então, o que há de mais doce para o homem em sua vitória é conjecturar se a fraqueza que cede à força, ou se é a vontade que serende; e a astúcia comum da mulher é sempre deixar essa dúvida entre ela e ele” (ROUSSEAU, 2004, p. 519).

O argumento de que não havia paridade entre os dois sexos era porque o macho só era macho em certos instantes, já a fêmea era fêmea a vida toda, tudo fazendo lembrar seu sexo, cabendo à mulher, cuja natureza a encarregou da custódia dos filhos, responder por essa função diante do outro sexo.

Com isso dizia demonstrar que o homem e a mulher não eram constituídos da mesma maneira, nem no caráter nem no temperamento, resultando que não deviam ter a mesma educação, cabendo à mulher aprender apenas o que convém saber ao seu sexo. O apelo de Rousseau deixava clara essa ideia: “Mãe judiciosa, acreditei em mim e não façais de vossa filha um cavalheiro, como que para desmentir a natureza; tornai-a uma dama, e podeis estar certa de que será melhor para ela e para nós” (ROUSSEAU, 2004, p. 526). A natureza, segundo Rousseau, concedendo às mulheres um espírito tão agradável e fino, “quer que as mulheres pensem, que julguem, que amem, que conheçam, que cultivem o espírito tanto quanto sua aparência; estas são as armas que lhes dá para suprir a força que lhes falta e para que governem a nossa. Elas devem aprender muitas coisas, mas apenas aquelas que lhes convém saber” (ROUSSEAU, 2004, p. 526).

A educação de Sofia foi pensada para evitar os excessos que “estragavam” as mulheres, fazendo-as bonecas de salão. Sofia não era bela, nem feia, seu encanto estava ligado as suas qualidades de espírito que fazia com que diante dela os homens esquecessem as mulheres belas. Era de bom nascimento, com uma bondade natural, coração sensível, com uma atividade imaginativa difícil de moderar, espírito menos justo do que penetrante, humor fácil, porém desigual, rosto comum mas agradável, uma fisionomia que prometia uma alma e não uma mente (ROUSSEAU, 2004, p. 576). Não

era vaidosa, desconhecia os gostos da moda era modesta e recatada, conhecendo melhor e com mais esmero os trabalhos do seu sexo, ou seja, os trabalhos de agulha. Conhecia todos os detalhes do lar, pois fora criada para ser um dia ela própria mãe de família. Cultivou também talentos como canto e dança, além de saber a etiqueta para portar-se sem constrangimento em qualquer situação. Sofia amava a virtude, sua paixão dominante, porque considerava que essa era a glória da mulher virtuosa (ROUSSEAU, 2004, p. 577).

Com esses predicados de Sofia, Rousseau apresentava os objetivos da educação feminina, educadas no lar, por suas mães, aprendendo as artes domésticas, da cozinha ao bordado. Quanto à religião, deveria aceitar a religião da sua mãe e depois de casada adotar a religião do marido. Em todo o caso, deveria evitar a filosofia, considerando que as mulheres de grandes talentos só se imporiam aos tolos, pois “sempre sabemos qual é o artista ou o amigo que segura a pluma ou o pincel quando elas trabalham; sabemos qual é o discreto homem de letras que lhes dita em segredo seus oráculos” (ROUSSEAU, 2004, p. 600).

Duvidando da capacidade da mulher para os dotes intelectuais, reforçava a ideia de incompatibilidade das atividades intelectuais com as domésticas, dizendo que toda moça letrada permaneceria solteira a vida toda enquanto houvesse homens sensatos na terra. Essa imagem da mulher intelectual como solteirona, feiosa, mal-amada e virilizada ainda era bastante recorrente no início do século XX, com reminiscências que chegam até os nossos dias.

Rousseau demonstrava em seus tratados de educação que a mulher deveria receber os conhecimentos úteis para tornar-se a primeira educadora dos seus filhos.

De resto, como uma mulher que não tenha nenhum hábito de reflexão educará seus filhos? Como discernirá o que lhes convém? Como os preparará para virtudes que desconhece, para méritos de que não tem a menor ideia?. Ela só será capaz de mimá-los ou de ameaçá-los, de torná-los insolentes ou medrosos; fará deles ou palhacinhos amaneirados ou moleques avoados, nunca bons espíritos nem crianças amáveis (ROUSSEAU, 2004, p. 600).

Sofia era o modelo para a educação das mulheres, especialmente as da elite. Com as características apresentadas pelo autor, indicava-se a necessidade de compatibilidade entre os noivos, que envolvia tanto aspectos sociais como

intelectuais. Sendo assim, um homem educado não deveria casar-se com uma mulher sem educação, nem com uma mulher de posição social inferior. No entanto, mais perigoso ainda era a mulher intelectual. Rousseau dizia preferir cem vezes uma moça simples e educada rudemente a uma moça erudita e intelectual, “que viesse estabelecer na sua casa um tribunal de literatura de que se faria presidenta. Uma mulher intelectual era o flagelo de seu marido, de seus filhos, de seus amigos, de seus empregados, de todo o mundo” (ROUSSEAU, 2004, p. 600).

A popularidade do livro *Emílio* no século XVIII e nos séculos seguintes, apesar da condenação oficial do Parlamento de Paris por conter críticas sarcásticas aos reis e aos nobres, expressa o impacto das ideias de Rousseau e sua influência na educação e nos costumes, a exemplo do conselho para as mães amamentarem seus filhos e cuidarem pessoalmente de sua educação inicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As obras literárias de Rousseau analisadas nesse estudo representam verdadeiros tratados de educação, com destaque para a educação feminina e os ideais burgueses de família, amor e casamento. Formulados no final do século XVIII, os impactos das ideias desse pensador sobre a educação feminina foram especialmente notadas no século XIX, com reminiscências no século XX, a exemplo dos seus conselhos para as mães amamentarem seus filhos e cuidarem pessoalmente de sua educação inicial - o princípio da mãe educadora, a educação distinta para os dois sexos, o princípio moralista da educação feminina. As personagens Júlia e Sofia, das obras pedagógicas de Rousseau, formam a representação da mulher ideal, educada para a submissão e obediência aos códigos morais e normas estabelecidas pelo discurso masculino. No entanto, como destacou Roger Chartier (2002, p. 96), assim como a representação pressupõe uma distinção entre o que representa e o que é representado, também a “incorporação da dominação não exclui, longe disso, possíveis variações e manipulações que, pela apropriação feminina de modelos e de normas masculinos, transformam em instrumentos de resistência e em afirmação de identidade as representações forjadas para garantir a dependência e a submissão”.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, E. S. “O Legado de Heloisa: religião e educação feminina na Baixa Idade Média”. In. VIEIRA, Ana Livia B; ZIERER, Adriana. **História Antiga e Medieval: rupturas, transformações e permanências: sociedade e imaginário**. São Luís: Editora UEMA, 2009.

ALGRANTI, L. M. **Honradas e Devotas: mulheres da colônia**. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

BADINTER, E. **Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII**. São Paulo: Discurso Editorial: Duna Dueto: Paz e Terra, 2003.

CHARTIER, R. **À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.

CRAMPE-CASNABET, M. “A mulher no pensamento filosófico do século XVIII”. In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991.

DARNTON, R. **O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DURANT, W.; DURANT, A. **História da Civilização: Rousseau e a Revolução**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

FORTES, L R. Salinas. **O Iluminismo e os reis filósofos**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

PRIORE, M. D. “No século das Luzes, mulheres à sombra - a condição feminina e a Revolução Francesa”. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan-jun de 1989, p.89-98.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. “Igualdade e especificidade”. PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **História da Cidadania**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Júlia ou a Nova Heloísa**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SONNET, M. “Uma filha para educar”. In. DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: do Renascimento à Idade Moderna**. Lisboa: Edições Afrontamento, 1991.

ZENI, A. B. **Educação e Autonomia no Iluminismo**. Anais do V Congresso Internacional de Filosofia e Educação – CINFE, Caxias do Sul (RS), maio de 2010 (ISSN 2177-644X)